



Monitoramento Propostas Aprovadas 10ª Conferência Municipal de Saúde

1	MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS NA 10ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE FLORIANÓPOLIS – 2019	3
2	SITUAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS APROVADAS NA 10ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE FLORIANÓPOLIS – 2019	
	2.1 Quadro de Classificação	5
3	PROPOSTAS MUNICIPAIS APROVADAS NA 10ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS (2019)	
	3.1 Monitoramento das Propostas Aprovadas – Âmbito Municipal.....	7
4	PREPARAÇÃO DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS – 2023.....	32
5	BIBLIOGRAFIA.....	33
6	GLOSSÁRIO.....	34
7	ANEXO	35

1. MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS NA 10ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE FLORIANÓPOLIS - 2019

Este ano é um ano de Conferências. O Brasil chega à sua 17ª Conferência Nacional de Saúde em julho de 2023. Florianópolis se prepara para a 11ª Conferência Municipal de Saúde, que vai acontecer nos dias 30, 31 de março e 01 de abril de 2023, organizada pela Secretaria de Saúde e pelo Conselho Municipal de Saúde, com o tema “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia”. A proposta é avaliar e propor diretrizes para a formulação da política de saúde nos três níveis de gestão (federal, estadual e municipal), além de ampliar as discussões junto à população sobre a saúde pública como um todo. A abertura da Conferência acontecerá na Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no dia 30 de março às 18h, enquanto as atividades nos dias que se seguem, serão no Centro de Cultura e Eventos da UFSC, no bairro Trindade.

Comunidade e gestores vão debater e propor diretrizes para melhorar a atenção à saúde da população. Na etapa municipal toda a sociedade é convidada e pode participar, com direito a voz e voto. É o momento de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) em Florianópolis. A Conferência Municipal também elegerá seus delegados, que participarão da Conferência Macrorregional, etapa da 9ª Conferência Estadual de Saúde que, por sua vez, indicará seus representantes em nível nacional.

O SUS é o único sistema de saúde público do mundo que atende mais de 190 milhões de pessoas. Esse dado não demonstra apenas a complexidade do sistema, como também a necessidade de se discutir os próximos passos para garantir as conquistas já alcançadas e avançar rumo a sua consolidação. É neste momento que começam a surgir perguntas sobre o encaminhamento das propostas aprovadas na última Conferência em 2019, onde e como está a saúde na cidade. Para auxiliar na tarefa de conferir o resultado da 10ª Conferência Municipal de Saúde e garantir uma maior qualificação das propostas que serão debatidas neste ano, a Secretaria Executiva do CMS elaborou o presente documento como subsídio para todos que desejam construir propostas que contribuam para melhorar o nosso serviço público de saúde!

Boa leitura!

2. SITUAÇÃO DAS PROPOSTAS MUNICIPAIS APROVADAS NA 10ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE FLORIANÓPOLIS – 2019

Qualificar propostas, segundo recomenda o Conselho Nacional de Saúde para a 17ª Conferência Nacional de Saúde e para as Conferências nas demais esferas, significa formular propostas mais exequíveis, considerando a governabilidade de cada nível de governo. Para tanto, é necessário que os conferencistas possuam subsídios para formular propostas, conhecendo o relatório Consolidado da Conferência anterior e considerando a situação atual de execução ou não das diretrizes e ações aprovadas.

Na 10ª Conferência Municipal de Saúde foram aprovadas ao todo 60 propostas, sendo 54 de âmbito municipal e 06 de âmbito estadual e nacional, além de 23 moções.

Este documento contém a classificação e monitoramento das propostas de âmbito municipal, por estar dentro da esfera de abrangência desse Conselho Municipal, enquanto as estaduais e nacionais terão seu monitoramento feito pelos respectivos Conselhos de Saúde (Anexo I).

2.1 QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO

Concluídas	Propostas que tiveram sua demanda completamente atendida
Em Andamento	Propostas em que se verificou ações em curso relativas ao que foi proposto, embora não tenham resultado em uma completa resolução
Não avançou	Propostas que não tiveram um avanço claro em relação ao que foi proposto, contendo uma explicação
Sem Informação	Propostas sobre as quais não foi possível obter respostas suficientemente fundamentadas para inserção neste documento, em função do tempo curto para coleta dos dados ou falta de disponibilidade

Figura 2: Quadro de Classificação: Metodologia para qualificação das propostas e acompanhamento posterior das prioridades estabelecidas durante a conferência municipal de saúde. Consultoria UDESC, 2015

A inexistência de resposta quanto a situação de algumas propostas tiveram fatores determinantes, como:

- Redação confusa da proposta;
- A união de ações de saúde de mais de uma esfera de governo na mesma proposta;
- Dificuldade de obter informação técnica sobre a política e as ações de saúde com as áreas específicas;
- Propostas muito abrangentes e subjetivas que dificultam a verificação de indicadores para mensurar sua execução;
- O prazo curto para consecução das informações com as respectivas áreas a ponto de socializar os resultados antes da 11ª Conferência; entre outros.

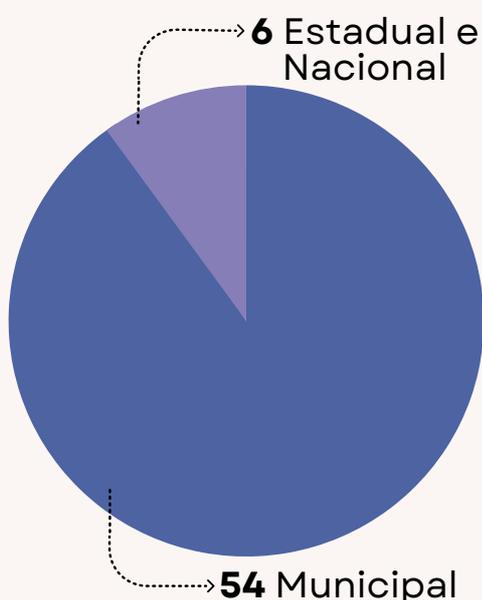
Portanto, é fundamental que esses problemas sejam superados pelos conferencistas na elaboração de suas propostas para garantir não só a aprovação das mesmas, como sua inclusão no Plano Municipal de Saúde e o devido monitoramento pelo controle social.

Importante destacar que nos anos de 2020, 2021 e 2022 o Sistema Único de Saúde em todas as suas esferas de governo tiveram como foco central o enfrentamento à Covid-19 acarretando alterações nas ações de saúde que foram previamente planejadas.

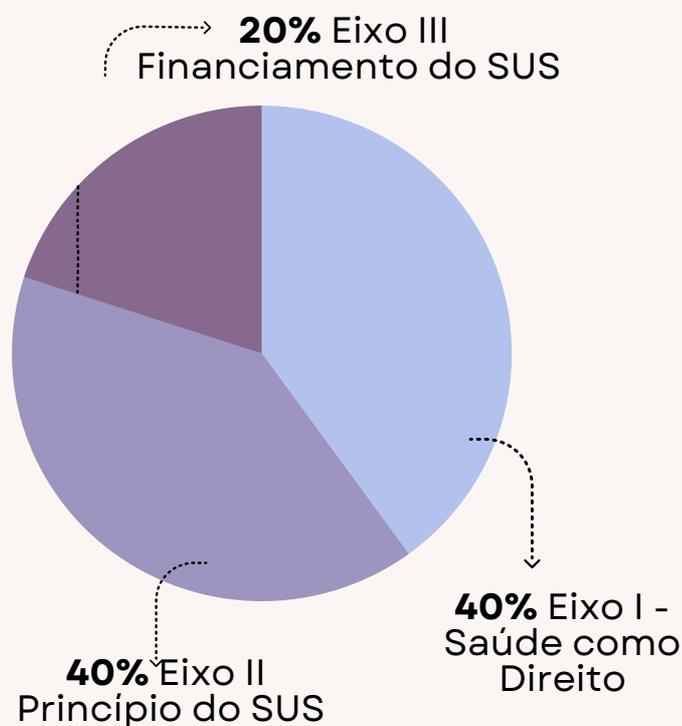
3. PROPOSTAS MUNICIPAIS APROVADAS NA 10ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS (2019)

Este relatório se vale da metodologia Consultoria para Qualificação das Propostas – UDESC, para apresentar no primeiro momento os gráficos com a distribuição das propostas nacionais, estaduais e municipais, por eixo e a situação de verificação e qualificação. No segundo, a classificação das propostas e, por fim, o monitoramento com a classificação das propostas aprovadas.

ÂMBITO



EIXO



SITUAÇÃO

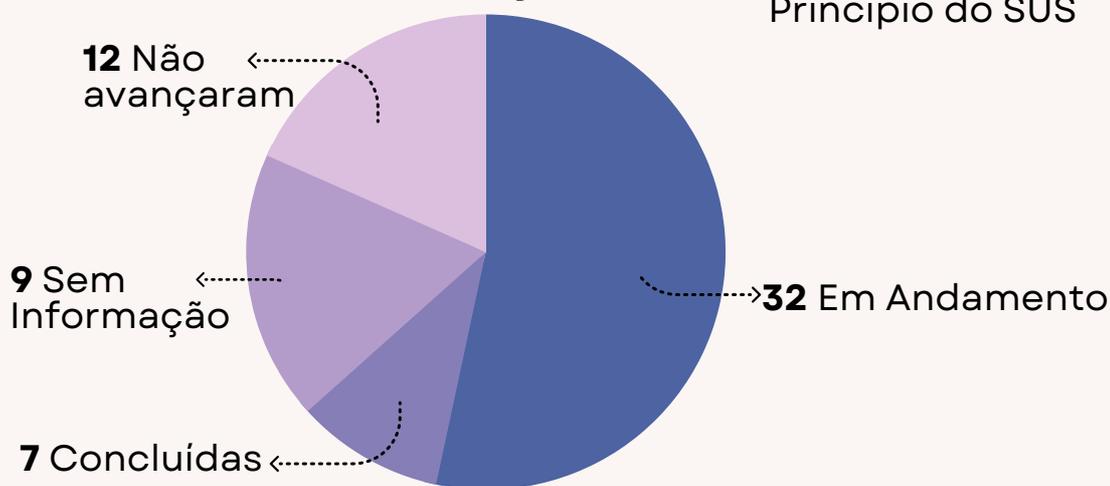


Figura 1 Gráficos: Âmbito, eixos e situação das propostas aprovadas na 10ª Conferência Municipal de Saúde, 2019. Fonte: Dados fornecidos pelos Setores responsáveis. SMS, 2022

3.1 MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS - ÂMBITO MUNICIPAL

Esta seção traz cada uma das propostas no âmbito municipal, perfazendo o total de 54 aprovadas na 10ª Conferência Municipal de Saúde, com suas respectivas observações e/ou justificativas, bem como indicação de fonte de consulta para informações adicionais.

Proposta 1: Implementar o EIXO-1 SAÚDE, do 2º Plano Municipal de Políticas Públicas de LGBT, com garantia de fomento específico no orçamento municipal para implementação do referido plano. O Eixo 1 trata de ações de sensibilização e de formação continuadas(os) profissionais da saúde nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.

<p>Em andamento</p>	<p>No ano 2022 foram realizadas ações de Sensibilização e momento formativo pela coordenação do Ambulatório Trans:</p> <ul style="list-style-type: none">• Com a equipe de saúde do Complexo Penitenciário Florianópolis sobre conceitos em gênero, sexualidade e cuidados em saúde às pessoas transexuais e travestis.• Durante reunião ordinária mensal do Centro de Saúde da Costeira do Pirajubaé, com cerca de 30 profissionais sobre identidade de gênero, orientação sexual, sexo biológico, expressão de gênero, como abordar a diversidade sexual e de gênero no acolhimento no centro de saúde combatendo a LGBTI+fobia.• Em seminário de residentes do Centro de Saúde da Tapera, sobre gênero e sexualidade, violências LGBTI+fóbicas e cuidados em saúde à população transexual e travesti.
----------------------------	--

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Além destas ações focais, em novembro de 2022, foi lançado o Projeto Zero Discriminação na Saúde Municipal de Florianópolis, uma iniciativa em parceria com o Projeto A Hora é Agora e UNAIDS, com proposta de sensibilização e formação continuada sistemática para o município.

Visa promover o combate à discriminação de forma interseccional, focando na LGBTI+ fobia, mas também nas outras formas de discriminação relacionadas à raça/cor, situação sorológica para o HIV, deficiências, religião, etnia, dentre outras.

Atualmente o Projeto está em sua Rodada Piloto, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS). O projeto consiste na certificação de serviços de saúde que cumprirem critérios mínimos com o certificado de “Serviço que adota práticas Zero Discriminação”. Os serviços que se propuserem a participar devem ter 70% de seus profissionais que realizaram o curso online “Zero Discriminação nos Serviços de Saúde” e receberão um kit Zero Discriminação com materiais para a ambientação do Centro de Saúde durante oficina de sensibilização e formação com as temáticas do Eixo 1 referido acima

Fonte: Eixo I Saúde – II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT – Florianópolis

Proposta 2: Garantir a inclusão na Relação Municipal de Medicamento Essenciais – REMUME, a partir de a avaliação das evidências científicas, das seguintes medicações para o cuidado à saúde das travestis, mulheres e homens trans e pessoas não binárias: Undecilato de Testosterona, Cipionato de testosterona, Durateston® (propionato de testosterona 30mg; fempropionato de testosterona 60mg; isocaproato de testosterona 60mg; decanoato de testosterona 100mg), Valerato de Estradiol, Acetato de Ciproterona, dihidrotestosterona (gel), 17-beta estradiol (gel e comprimido), espironolactona e algestona acetofenida e enantato de estradiol. Encaminhar solicitação de avaliação para o CONITEC/MS para inclusão na RENAME.

Os medicamentos solicitados para inclusão na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) passam por um fluxo bem estabelecido na Secretaria Municipal de Saúde, ficando para a CFT – Comissão de Farmácia e Terapêutica (instância consultiva técnica e deliberativa da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, criada em 2006 e vinculada ao Departamento de Assistência Farmacêutica) a responsabilidade pela revisão e atualização

- Existência de registro no país;
- Necessidade segundo aspectos epidemiológicos ou existência de risco para saúde;
- Segurança, eficácia e custo-efetividade;
- Comodidade posológica e facilidade de fracionamento ou multiplicação das doses;

Baseado nisso, cumpre informar o disposto na Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011: “Art. 19-T. São vedados, em todas as esferas de gestão do SUS: I – o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico experimental, onde uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; II – a dispensação, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento e produto, nacional ou importado, sem registro na ANVISA.” Pelos motivos expostos.- Aspectos farmacocinéticos, farmacodinâmicos e farmacotécnicos;

- Preferência por mono fármacos e excepcionalmente, quando necessário, medicamentos em combinação de dose fixa;
- Possibilidade de uso em mais de uma enfermidade;
- Maior tempo de experiência no uso;
- Estabilidade na estocagem, uso e facilidade de armazenamento;
- Existência de múltiplos fabricantes;
- Tratamento de primeira e segunda linha

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Embora os medicamentos solicitados possuam registro na ANVISA, nesses registros não constam as indicações para os quais tais itens estão sendo solicitados para incorporação na REMUME, de forma que tais medicamentos estariam sendo utilizados de forma off-label, ou seja, uso diferente do aprovado em bula ou ao uso de produto não registrado no órgão regulatório de vigilância no País, que, no Brasil, é a ANVISA.

Isso inclui indicações e posologias não usuais. Embora os medicamentos solicitados possuam registro na ANVISA, nesses registros não constam as indicações para os quais tais itens estão sendo solicitados para incorporação na REMUME, de forma que tais medicamentos estariam sendo utilizados de forma off-label, ou seja, uso diferente do aprovado em bula ou ao uso de produto não registrado no órgão regulatório de vigilância no País, que, no Brasil, é a ANVISA. Isso inclui indicações e posologias não usuais. Baseado nisso, cumpre informar o disposto na Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011: “Art. 19-T. São vedados, em todas as esferas de gestão do SUS: I – o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico experimental, onde uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; II – a dispensação, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento e produto, nacional ou importado, sem registro na ANVISA.”

Proposta 3: Assegurar, na secretaria municipal de saúde, a presença de uma referência técnica feminina especializada em saúde da mulher para atenção à saúde das mulheres, em suas especificidades.

**Em
Andamento**

Entendeu-se enquanto uma proposta necessária. Entretanto, foi ponderado a não obrigatoriedade de uma referência técnica especificamente feminina.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Proposta 4: Garantir atendimento para pessoas em vulnerabilidade e fragilidade (ex. pessoas em situação de rua), mediante a estruturação e ampliação de Equipes de Consultório na Rua e capacitação de toda a rede de saúde para o acolhimento e atendimento dessa população e suas diversidades.

Não Avançou	A proposta foi classificada como de Importante manutenção, tendo em vista a evolução da discussão
--------------------	---

Proposta 5: Garantir acesso a consultas, diagnóstico e encaminhamentos a especialistas dos agravos à saúde das mulheres em todas as idades em no máximo 30 dias assegurando a qualidade da oferta de serviços e equipamentos para o diagnóstico de câncer, com especial atenção aos critérios exigidos para contratação dos prestadores de serviços, tendo em vista a qualidade das mesmas.

Em Andamento	Considerou-se uma pauta importante que precisa estar em constante acompanhamento e qualificação. Trata-se de uma pauta transversal a outras diretorias da SMS.
---------------------	--

Proposta 6: Garantir a transparência da gestão através da publicização das ações desenvolvidas pelos gestores e equipes de saúde a toda população, em especial sobre o funcionamento dos serviços de saúde (formas de contratação, itens contratuais, serviços prestados, orçamento destinado e índices de absenteísmo), particularmente dos prestadores de serviço, com linguagem acessível a todos em portal eletrônico institucional e material impresso ou audiovisual veiculados nas unidades, centros comunitários e mídia local, como forma de divulgar as ações do SUS e seus avanços, possibilitando o controle social.

Concluída	A Secretaria Municipal de Saúde prima pela transparência de sua gestão utilizando os canais de comunicação adequados como seu próprio site e o da Prefeitura Municipal de Florianópolis, inclusive aqueles instituídos em Lei, como a
------------------	---

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

prestação de contas no Conselho Municipal de Saúde e nas audiências públicas na Câmara de Vereadores, que acontecem a cada 4 meses. Trabalhou-se no sentido de melhorar a transparência também em parceria com o Conselho Municipal de Saúde para capacitar conselheiros e comunidade em geral para desempenhar com efetividade seu papel no controle social, acompanhando os atos do governo e seus direitos. Somente assim pode-se ter uma gestão em saúde moderna eficiente e equânime.

Proposta 7: Assegurar equipes da saúde da família completas (ESF/ESB), bem como a do NASF, em número adequado para 100% de cobertura populacional, na relação de 1 equipe para 2500 pessoas ou 2000 pessoas (em área de interesse social), apoiada pela Rede de Atenção Psicossocial, atuando na lógica da Vigilância em Saúde, com os agentes comunitários de saúde trabalhando preferencialmente no território e garantindo a cobertura de todas as microáreas.

**Em
Andamento**

Em relação a equipe NASF, realizou-se levantamento e solicitação das vagas de reposição e ampliação do quadro funcional. Fez sentido manter a proposta no Plano Municipal de Saúde 2022-25, no que tange a contratação dos profissionais e cobertura populacional. Entretanto, fez-se necessário a realização de uma correção na redação, visto que não esta mais em uso a nomenclatura "NASF". Destaca-se também a não possibilidade de alteração na nomenclatura serviço utilizado na proposta, podendo apenas colocar observação acerca desta questão. Considerou-se importante assegurar equipes da saúde da família completas (ESF/ESB), bem como as equipes multiprofissionais da APS, em número adequado para 100% da cobertura populacional.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Proposta 8: Formular políticas públicas voltadas para a comunidade quilombola Vidal Martins, que passa por sérios problemas de saneamento adequado e acesso à rede municipal de saúde, com a instituição de uma equipe de estratégia de saúde da família específica para essa comunidade.

Concluída	Entende-se que a comunidade tem uma equipe atribuída para atendimento, conforme a adstrição do território do Centro de Saúde Rio Vermelho.
------------------	--

Proposta 9: Implementar as ações afirmativas nos concursos e processos seletivos da rede municipal de saúde, em todos os níveis, assim como para a seleção nos cursos da Escola de Saúde Pública do município.

Em Andamento	Os processos seletivos da rede municipal de saúde são de responsabilidade do setor de Recursos Humanos. Os Eventos de Educação Internos (que ocorrem no âmbito da SMS) ofertados/apoiados pela da Escola de Saúde Pública são de responsabilidade, elaboração, organização dos setores da gestão ou da atenção, sendo o público alvo/seleção de participantes definido pelo coordenador/grupo de trabalho organizador do evento. À Escola de Saúde Pública cabe o apoio nas articulações intra e interinstitucionais necessárias à viabilização do evento, o processo de inscrição e certificação; a publicação de materiais didáticos relacionados ao evento para disponibilização aos inscritos, entre outros de apoio a realização do mesmo. A seleção para Programas de Residência em Saúde, ofertados pelo município, segue a legislação das Comissões Nacionais de Residência Médica e Multiprofissional. Cabe ressaltar que a Escola de Saúde Pública considera que as políticas afirmativas estão presentes de forma transversal nas ações desenvolvidas pela Escola, assim como no âmbito de SMS.
---------------------	--

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

	Considera-se que esta proposta não é de responsabilidade de um setor específico, mas transversal de todos os setores da SMS. Em relação aos demais setores, não foi possível obter respostas suficientemente.
--	---

Fonte: Política Municipal de Educação Permanente em Saúde – PMEPS / Instrução Normativa Nº01/2018

Proposta 10: Revisar os indicadores do sistema de acreditação em saúde em Florianópolis, considerando a população universal, e incluindo os profissionais do NASF neste sistema.

Sem Informação	
---------------------------	--

Proposta 11: Implantar em Florianópolis equipes do Programa Melhor em Casa, garantindo a atenção, visita e acompanhamento domiciliar.

Não Avançou	Projeto já elaborado e apresentado em reunião de Diretores que não obteve avanço por não ter sido consenso, da forma como fora constituída, necessitando de maior discussão e aprimoramento.
--------------------	--

Proposta 12: Garantir investimento de 25% do orçamento anual do município para o setor saúde, partindo de 19%, com aumento gradual de 2% ao ano, respeitando a deliberação da Conferência e do Conselho Municipal de Saúde de 2015. A gestão deve repassar mensalmente um percentual mínimo de 15% para a secretaria. Os recursos do SUS devem ser aplicados exclusivamente na saúde, ou seja, vinculação de receita.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

**Sem
Informação**

Foi solicitado o status atualizado dessa proposta à Secretaria da Fazenda do Município, mas até o fechamento deste relatório, não houve manifestação do órgão.

Proposta 13: Revogar a Lei 10.372/2018 que admite a contratação de Organizações Sociais na gestão de serviços de saúde em Florianópolis, aprovada pela Câmara de Vereadores em 21/04/2018 em dia de feriado nacional, fora do horário habitual, contrariando a proposta 25 aprovada na 9ª Conferência Municipal de Saúde e sem discussão prévia pelo Conselho Municipal de Saúde e população. Restituir imediatamente todos os serviços públicos municipais que foram terceirizados por consequência desta lei, respeitando os princípios constitucionais do SUS.

**Sem
Informação**

Proposta 14: Adequar o quadro completo de profissionais da rede municipal de atenção à saúde, considerando a carga de trabalho dos servidores, previsão do crescimento populacional, garantia de acesso universal da população aos serviços, a necessidade de ampliação dos serviços e as necessidades de reposição do quadro de pessoal por afastamento de longa duração ou aposentadoria dos profissionais. As contratações para reposição e ampliação do quadro de pessoal devem se dar através de concursos públicos, garantindo a valorização de profissionais egressos de Residências em Saúde no processo de seleção, sendo este critério melhor pontuado na prova de títulos. Em situações emergenciais, a serem avaliadas e aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde, a contratação temporária deve se dar de maneira direta e pela CLT.

**Em
Andamento**

Pauta Permanente.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Proposta 15: Adequar a estatística para tomada de decisão, planejamento e dimensionamento da infraestrutura e do número de equipes por Centro de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, de modo a assegurar o perfil social e epidemiológico da população e de utilização dos serviços/equipamentos. Garantir a presença do agente comunitário de saúde no território, assim como o geoprocessamento e outras estratégias qualificadas para captar e monitorar o aumento real do crescimento demográfico da população da área de abrangência das unidades.

Em Andamento

Considera-se importante manter a discussão desta proposta de forma permanente, tendo em vista que aborda diversos temas relevantes à prática da APS: 1) dimensionamento do número de equipes de APS; 2) Processo de trabalho dos ACS.

Proposta 16: Restituir imediatamente a gestão do almoxarifado central da saúde para a gestão pública com o intuito de manter a qualidade e combater a precarização do serviço ofertado, haja vista o episódio de interdição do almoxarifado terceirizado em 31/01/2019, que trouxe prejuízo direto à saúde da população.

Não Avançou

O serviço de almoxarifado atual tem se mostrado eficiente e efetivo tanto no armazenamento quanto na distribuição e entrega de produtos de consumo, insumos e medicamentos para a rede de atenção à saúde de Florianópolis. A avaliação de custo/ benefício realizada continuamente pela equipe técnica da SMS tem sido favorável à manutenção da contratação privada desse serviço.

Proposta 17: Fortalecer, manter, ampliar e incentivar a política de redução de danos no município de Florianópolis garantindo a presença dos redutores de danos nas diversas equipes dos diferentes níveis e dispositivos e da RAPS.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Não Avançou

O processo de trabalho da Rede de Atenção Psicossocial está sendo revisitado com a revisão de protocolos de acesso, o desenvolvimento de carteiras de serviço e linhas de cuidado, inclusive, com a chegada de uma profissional psicóloga para auxiliar no desenvolvimento das linhas de cuidado da RAPS

Proposta 18: Implantar Centros de Convivência e Cultura no Município de Florianópolis, com incentivo e financiamento de projetos de geração de trabalho e renda e incentivo a economia solidária-comunitária, para a população em geral, descentralizado pelos territórios do município.

Concluída

Proposta encaminhada para o Conselho Municipal de Assistência Social para apresentar na Conferência CMAS

Proposta 19: Garantir a gestão pública da saúde bucal, incluindo no organograma municipal o cargo de coordenação de saúde bucal, para assegurar as especificidades da área, e assim construir uma política de rede de atenção com gestores, profissionais e usuários, que articule com outros setores da secretaria e da sociedade.

Em Andamento

Não houve mudança no organograma desta secretaria municipal no presente momento. Entende-se a importância da pauta e, por isso, manteve-se uma profissional odontóloga na Coordenação de Saúde Bucal junto a Gerência de Atenção Primária.

Proposta 20: Assegurar a adoção do modelo de atenção em saúde bucal que garanta o acesso universal e a integralidade, contemplando ações de promoção, prevenção e assistência à saúde, articulado com os demais profissionais da saúde, e com ampla divulgação dos serviços para a população através dos meios de comunicação e mídia social.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Em Andamento

Entende-se a importância da pauta e, por isso, manteve-se uma profissional odontóloga na Coordenação de Saúde Bucal junto a Gerência de Atenção Primária, para desenvolver ações estratégicas que respondam às demandas da Rede.

Proposta 21: Garantir e qualificar a Rede de Atenção Psicossocial em Florianópolis, com gestão 100% estatal incluindo CAPS III e CAPS III AD, a garantia do atendimento do SAMU, e articulação vagas de leitos em saúde mental em hospitais gerais, no Hospital Infantil, no HU. A Atenção Psicossocial no município deve ser intensificada, adotando as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, previstas na Lei federal Paulo Delgado, com implantação imediata do CAPS III e garantia do retorno do funcionamento do CAPS da Ponta do Coral no casarão da Agrônômica.

Em Andamento

O processo de trabalho da Rede de Atenção Psicossocial está sendo revisitada, inclusive, com a chegada de uma profissional psicóloga para auxiliar no desenvolvimento das linhas de cuidado da RAPS. As obras da reforma do casarão do CAPS Ponta do Coral se iniciaram com prazo de conclusão para Outubro de 2023. No que se refere aos leitos e saúde mental no contexto hospitalar, estes não estão sob governabilidade da SMS.

Proposta 22: Fortalecer e ampliar os dispositivos e as equipes multiprofissionais nos diversos níveis de atenção da RAPS e garantir a qualificação de seus profissionais em saúde mental, saúde mental e trabalho, saúde mental na infância e adolescência, no cuidado de usuários de álcool e outras drogas, enfatizando o cuidado em liberdade e redução de danos por contratação direta do município.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Em Andamento

O processo de trabalho da Rede de Atenção Psicossocial está sendo revisitada, inclusive, com a chegada de uma profissional psicóloga para auxiliar no desenvolvimento das linhas de cuidado da RAPS.

Proposta 23: Fazer cumprir a lei 10.216/2001, a nível municipal e implementar todos os dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial conforme Portaria MS/GM n. 3088/2011, garantindo o financiamento adequado para as ações de atenção básica, especializada, hospitalar, serviços residenciais terapêuticos, estratégias de desinstitucionalização, ações de reabilitação psicossocial, centros de convivência e consultórios na rua.

Em Andamento

Está previsto para 2023 a implantação do CAPS AD IV e até 2025 a implantação de um CAPS no Norte da ilha

Proposta 24: Incentivar e protagonizar ações intersetoriais que implementem políticas públicas de promoção, vigilância e prevenção, comprometidas na gestão territorial e intervenção nos fatores condicionantes de saúde: controle e qualidade da água marinha, nascentes e de consumo, destino e guarda de resíduos sólidos e esgoto, ações de educação e saúde, melhoria e intervenção nas áreas de risco ambiental e desastres naturais, sustentabilidade para o comércio e cultivo de moluscos e crustáceos.

Em Andamento

Algumas das ações fogem do escopo de atuação da Vigilância em Saúde do Município, mas foram desenvolvidas ações conjuntas no âmbito do programa Sanear Floripa, com vistas a identificar e imputar responsáveis por lançamentos irregulares de esgoto, foram desenvolvidas as ações de vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano no âmbito do programa Vigiágua.

Fonte: Vigilância em Saúde Ambiental / Floripa Se Liga na Rede

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Proposta 25: Implantar com urgência a instalação de sistemas de saneamento básico público em toda extensão territorial da ilha utilizando soluções alternativas, em função da relevância e importância ambiental de suas bacias hidrográficas e da saúde da população, incorporando as propostas da Conferência Municipal do Saneamento Básico de 2018.

Não Avançou

A gestão do Saneamento Básico no município está fora do escopo de atuação da Secretaria Municipal de Saúde, cabendo a Secretaria de Meio Ambiente, por meio da Superintendência de Saneamento Básico da Prefeitura de Florianópolis, o planejamento, supervisão e coordenação de políticas, planos, projetos e programas de saneamento básico no município.

Fonte: [Saneamento Básico](#)

Proposta 26: Instituir e efetivar um órgão gestor responsável pela Saúde da População Negra no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Florianópolis, composto pelo Comitê Técnico de Saúde da População Negra (já instituído pelo decreto nº 8958/2011) e por uma área técnica/responsável técnico dentro da estrutura da SMS. Este órgão será responsável pela implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria federal nº 992/2009) a nível municipal e deverá contar com financiamento próprio específico para seu funcionamento e desenvolvimento de suas atividades.

Não Avançou

No ano de 2011 foi criado na gestão do então Secretário Dr. João José Cândido da Silva, um Comitê Intersetorial de Saúde da População Negra na 8ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis. O Comitê se desfez alguns dois anos depois, acompanhando o novo modelo de gestão da rede de serviços de saúde em vigor no município. A Secretaria de Saúde não possui mais programas específicos e temáticos.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Atualmente os serviços de saúde trabalham com a integralidade do indivíduo, a longitudinalidade da atenção com foco no usuário. Dessa forma as políticas de saúde se encontram integradas e inseridas nos processos de trabalho das equipes de Saúde da Família. Atualmente o Projeto Zero Discriminação que está sendo implementado nos Serviços de Saúde em parceria com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e Projeto À Hora é Agora (AHA).

Proposta 27: Ampliar os serviços e a capacidade da Atenção Especializada em Saúde Bucal (CEOS), visando diminuir filas de espera, com regulação de todos os casos e tempo máximo de espera de seis meses.

**Em
Andamento**

Os serviços do CEO foram ampliados na questão qualitativa (organização de atendimentos para casos de Disfunção temporomandibular e organização de oferta de prótese parcial removível) bem como quantitativa (aumento da oferta de cirurgias bucomaxilo facial com a chegada de nova profissional, realização de mutirão da endodontia aos finais de semana, organização das filas de odontopediatria com apoio da UFSC nos atendimentos).

Proposta 28: Garantir e estender os serviços e a capacidade de atenção às urgências odontológicas nas UPAs por serviço público próprio e de qualidade atuando 24 horas, 7 dias por semana.

**Em
Andamento**

Manutenção dos serviços de urgência/emergência odontológicas nas UPAS Norte e Sul, 24h por dia, 7 dias por semana; Organização das escalas de profissionais para os plantões

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Proposta 29: Priorizar e viabilizar em caráter de urgência a construção de uma unidade de saúde em condições de atender os usuários dos bairros Jurerê Tradicional, Jurerê Internacional, Daniela, Praia do Forte, Canto do Lamim e Canajurê, no prazo máximo de 2 anos.

**Em
Andamento**

Finalizando a tramitação de posse do terreno do novo Centro de Saúde Jurerê. Recurso da obra orçado para execução em 2023.

Proposta 30: Divulgar mensalmente as ações do Conselho Municipal de Saúde, incluindo suas resoluções, recomendações e temas de interesse da população. Bem como, em conjunto com a gestão municipal de saúde, executar estratégias que promovam o empoderamento do usuário sobre o SUS (financiamento, força de trabalho, importância e controle social).

**Em
Andamento**

Realiza-se ampla divulgação das Atas, Resoluções, Atividades, Eventos e Reuniões online através de email, whatsapp e Portal CMS (atualmente em manutenção) para os conselheiros municipais, distritais e locais de saúde e a comunidade em geral. Também tem sido feito periodicamente atividades de formação amplamente divulgadas e abertas à conselheiros e comunidade em geral, com vistas a fortalecer o controle social da cidade proporcionando ao cidadão, conselheiro ou não, os subsídios para desempenhar seu papel no acompanhamento e formulação da política pública de saúde.

Proposta 31: Garantir infra estrutura (espaço físico, materiais e insumos) adequada ao bom atendimento do cidadão nos serviços públicos de saúde, com manutenção periódica, fiscalização das obras, e transparência dos contratos de construção e manutenção.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Concluída	<p>A Secretaria possui técnicos capacitados que fazem a fiscalização dos contratos, bem como equipe técnica responsável pelo acompanhamento das obras, visando a execução dos serviços de forma adequada e qualificada segundo a demanda das unidades de saúde. No entanto, há que se considerar a dependência do resultado dos processos licitatórios para contratação da empresa para executar o serviço, segundo a Licitação N° 14.133/21, que nem sempre ganham as melhores empresas, mas sim as que oferecem menor preço. Quanto à ambiência das unidades destaca-se que quando o projeto é realizado, seguem-se normas técnicas do Ministério da Saúde de acessibilidade NDR 9050, da RDC 50/2022 da ANVISA, protocolo da Vigilância Sanitária, Instrução normativa do Corpo de Bombeiros, Código de Obras do Município e o Plano Diretor da cidade.</p>
------------------	--

Proposta 32: Assegurar os princípios constitucionais do SUS, universalidade do acesso, integralidade e equidade, garantindo o acesso e atendimento às populações vulneráveis (população em situação de rua, negros, pessoas com deficiência, LGBTI+, populações tradicionais, população indígena, pessoas vivendo com HIV/AIDS, populações privadas de liberdade, usuários dos serviços de saúde mental e de álcool e drogas, trabalhadores e trabalhadoras do sexo, profissionais do sexo e prostitutas) em 100% das Unidades de Saúde e demais serviços de saúde.

Em Andamento	<p>Pauta permanente. Proposta de grande importância e relevante para o desenvolvimento da RAPS. Apoia-se a permanência para o PMS 2022-25.</p>
---------------------	--

Proposta 33: Institucionalização do ambulatório de assistência à população trans, tornando-o política de saúde do município, com fomento próprio, baseado nas políticas do plano nacional de saúde LGBTI+.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

**Em
Andamento**

Ambulatório trans em processo de reestruturação.

Proposta 34: Respeitar as propostas aprovadas pela Conferência Municipal de Saúde na condução das políticas municipais sob a pena de não aprovação do relatório anual de gestão.

Concluída

No decorrer dos últimos anos tem havido um trabalho contínuo do Conselho Municipal de Saúde no sentido de participar e construir junto a equipe da Gerência de Planejamento, os processos de elaboração dos Planos Municipais de Saúde, garantindo assim a incorporação e implementação das propostas aprovadas nas Conferências de Saúde na política pública de saúde. Por meio das análises dos Instrumentos de Gestão apresentados pela SMS, o Conselho acompanha a implantação e implementação das diretrizes, ações e metas estabelecidas no Plano.

Proposta 35: Garantir o acesso à atenção especializada, visando novos serviços e ampliando o acesso aos já existentes, baseado nas demandas sociais e epidemiológicas.

**Em
Andamento**

Pauta Permanente.

Proposta 36: Ampliar número de Técnicos de Enfermagem na equipe mínima na ESF conforme resolução COFEN 534/2017 concernente ao dimensionamento do pessoal de enfermagem na Atenção Primária.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Em Andamento	Pauta Permanente.
--------------	-------------------

Proposta 37: Resgatar políticas públicas de prevenção e promoção de saúde por meio de educação permanente para profissionais da saúde e usuários, estimulando que o usuário seja o próprio gerente de sua saúde.

Em Andamento	Pauta Permanente.
--------------	-------------------

Proposta 38: Reafirmar e implementar as propostas ainda não implementadas da 9ª Conferência Municipal de Saúde, garantindo o acesso a toda a população, com especial atenção à população negra, indígena, população em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, povos tradicionais (Decreto federal 6040/2007), imigrantes, LGBTi+.

Em Andamento	Pauta Permanente.
--------------	-------------------

Proposta 39: Manter permanentemente via concurso público, no mínimo duas equipes volantes por distrito sanitário para substituir profissionais de saúde da Atenção Primária em férias e/ou que necessitem afastamento temporário.

Não Avançou	Embora a Diretoria de Atenção à Saúde perceba esta necessidade, este tipo de condição de contratualização seria como um <i>sobreaviso</i> e, por conseguinte, não haveria como
-------------	--

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

	manter este servidor apenas em sobreaviso sem trabalho corrente.
--	--

Proposta 40: Reorganizar o processo de trabalho dos ACS, garantindo sua atuação diretamente no território, tendo em vista o objetivo original e essencial de sua atuação junto a ESF, ampliando o número de profissionais na rede.

Em Andamento	
---------------------	--

	Está sendo rediscutido o processo de trabalho dos ACS.
--	--

Proposta 41: Desvincular o sexo/gênero como fator condicional para solicitação e envio de exames dentro do sistema de prontuário eletrônico do município com vistas a proporcionar as mudanças nos sistemas nacionais e estaduais.

Não Avançou	
--------------------	--

	Embora a Diretoria de Atenção à Saúde perceba esta necessidade, este tipo de condição de contratualização seria como um <i>sobreaviso</i> e, por conseguinte, não haveria como
--	--

Proposta 42: Capacitar usuários e trabalhadores da saúde de todos os níveis de atenção através de programas de educação continuada sobre Saúde da População Negra, que abordem o combate ao racismo institucional, a importância do preenchimento adequado do quesito raça/cor nos sistemas de informação em saúde e as doenças e agravos mais prevalentes na população negra.

Em Andamento	
---------------------	--

	A Escola de Saúde Pública de Florianópolis, por meio da Política Municipal de Educação Permanente, tem atendido às demandas de Educação Permanente da Rede Municipal de
--	---

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

<p>Em Andamento</p>	<p>Saúde que são elencadas por meio da construção de Planos Locais de Educação Permanente (Bases); Planos de educação permanente dos núcleos profissionais (Núcleos); e necessidades identificadas em espaços específicos, geralmente elencadas pela gestão (Campos). Entretanto, dos Eventos de Educação Internos (que ocorrem no âmbito da SMS) ofertados/apoiados pela Escola de Saúde Pública não foram elencados pelos coordenadores/grupos de trabalho organizadores dos eventos esta temática específica. Possivelmente foi trabalhada em outra modalidade pelos locais, núcleos e campos, que não através de Eventos de Educação Permanente.</p> <p>Consideramos que esta proposta não é de responsabilidade de um setor específico, mas transversal de todos os setores da SMS.</p>
----------------------------	--

Fonte: Instrução Normativa Nº 001/2014 / Política Municipal de Educação Permanente em Saúde

Proposta 43: Garantir que a UPA Continente preste os mesmos serviços (inclusive odontológicos) das UPAs Norte e Sul e a retomada da administração direta.

<p>Concluída</p>	<p>Considera-se que esta proposta esteja superada uma vez que as UPAs Norte e Sul possuem porte maior que a do Continente, segundo Habilitação do Ministério da Saúde o que diferencia os serviços prestados por cada uma.</p>
-------------------------	--

Proposta 44: Ampliar a rede de atenção à saúde das mulheres, contemplando inclusive as mulheres do Sistema Prisional, assegurando: acesso das gestantes às Doulas, desde a assistência Pré-Natal na APS até a maternidade; a criação da Casa de parto para atendimento das gestações de baixo risco e do banco de leite humano municipal; a implementação de estratégias de enfrentamento à violência obstétrica; e a criação do Fórum Perinatal do município.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Não Avançou

Faz-se necessário definir um profissional técnico responsável por esta temática, no intuito de articular todas essas demandas pertinentes a SMS.

Proposta 45: Construir o novo CS Morro das Pedras e Alto Ribeirão, considerando a ampliação da estrutura física e do número de equipes de saúde.

Em Andamento

CS Alto Ribeirão já finalizado. CS Morro das Pedras previsto para 2022.

Proposta 46: Garantir que as farmácias, laboratórios ou clínicas do Município forneçam/vendam e realizam os exames e os medicamentos prescritos por profissionais enfermeiros da Secretaria Municipal de Saúde, mediante protocolos municipais estabelecidos através de elaboração e execução de Resolução da Diretoria de Vigilância em Saúde que valide as prescrições referidas.

Concluída

Utiliza-se protocolo da ASSFAR para referenciar as prescrições a serem aceitas pelos serviços.

Proposta 47: Produzir ações e mobilizações em defesa do SUS, combatendo as políticas que violam e comprometem a saúde da população com destaque para: entrega da gestão de serviços a Organizações Sociais (exemplo: Programa Saúde e Educação Já), ou similares (exemplo: Somar Floripa), Reforma da Previdência, Restrições financeiras à manutenção e expansão do SUS (EC 95), investimento do governo em planos privados, incentivos financeiros corporativos, cerceamento de mecanismos de participação social no âmbito das políticas públicas.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Em Andamento

Devido a Pandemia, as mobilizações são online através de Reuniões, Rodas de Conversas, Formação, Comissões e Plenárias do CMS com Conselheiros Municipais, Distritais e Locais de saúde e comunidade em geral.

Proposta 48: Garantir a implementação de ações de promoção e vigilância em saúde conforme a política nacional de saúde integral da população LGBTI+, incluindo a criação de Sala de Situação LGBTI+, nos três níveis de gestão como instrumento de análise situacional para a criação de propostas de intervenção e políticas públicas para a população LGBTI+.

Não Avançou

As ações de promoção e vigilância em saúde no território precisam ser redefinidas através da interlocução entre a DAS e a DVS.

Proposta 49: Realizar Auditoria na Dívida Pública nas três esferas de governo municipal de maneira permanente, assegurando a transparência das contas públicas.

Não Avançou

Realizar Auditoria na Dívida Pública nas três esferas de governo de maneira permanente, assegurando a transparência das contas públicas, é uma ação relevante, mas não está na governabilidade da SMS.

Proposta 50: Fortalecer o controle social na saúde, na esfera municipal, assegurando sua atuação na definição e fiscalização do cumprimento das políticas públicas de saúde desenvolvidas pelo gestor, incluindo estratégias de capacitação permanente para os conselheiros, como forma de auxiliar na tomada de decisões, assim como de divulgação de sua atuação, para maior conscientização da sociedade acerca da importância do controle social na saúde.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Em Andamento

Devido a Pandemia, as mobilizações ainda acontecem preponderantemente no formato online através de Reuniões, Rodas de Conversas, Formação, Comissões e Plenárias do CMS com os Conselheiros Municipais, Distritais e Locais de saúde e a comunidade em geral.

Atualmente as atividades do Conselho Municipal de Saúde passam pela transição entre a forma virtual e presencial. As Comissões internas do CMS e o seu Pleno seguem acompanhando e fiscalizando a execução da política pública de saúde no município, prioritariamente por meio dos Instrumentos de Gestão, segundo rege a Lei Complementar 141/2012. Continuamente a equipe técnica do Conselho desenvolve material informativo e educativo para divulgar suas ações e dar mais visibilidade ao controle social da saúde. No entanto, a grandeza e urgência dessa ação, demanda a corresponsabilização de todos os integrantes desse movimento em defesa do SUS, para que se avance efetivamente nesta ação/proposta.

Proposta 51: Ampliar a rede de atenção à saúde em todos os níveis de atenção no norte da ilha.

Em Andamento

Pauta de interesse permanente da gestão, sendo inclusive inaugurado em 2022 mais um Centro de Saúde, o Capivari. Para 2023 estão sendo pensados também equipamentos da área de saúde mental na Região.

Proposta 52: Reivindicar os espaços públicos do Sapiens Park para oferta de serviços em todos os níveis de atenção à saúde.

MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS – ÂMBITO MUNICIPAL

Em Andamento	Tem sido solicitado conforme a necessidade do serviço. Por exemplo, durante a Pandemia para Vacinação da Covid19.
---------------------	---

Proposta 53: Garantir o acesso pleno das populações em situações de rua, privada de liberdade e migrantes aos serviços de saúde, considerando o recorte étnico-racial como transversal em todo sistema municipal de saúde de Florianópolis, bem como o fortalecimento de Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Em Andamento	Pauta Permanente.
---------------------	-------------------

Proposta 54: Garantir recursos materiais e humanos para efetivação do plano de contingência para epidemia de Dengue em cada um dos diferentes níveis de gestão do SUS, conforme previsto pela Sala de Situação da Dengue, garantindo a presença de um representante de Agente de Endemias nesta sala.

Em Andamento	Contratados mais 38 ACES, realizado processo de compra de uniformes e EPIs para uso nas atividades de campo, substituídos veículos de uso das equipes, disponibilizada sala de apoio na região central, continente, norte e sul. Sala de Situação com atividades suspensas no último ano (2020) em razão da pandemia.
---------------------	---

4. PREPARAÇÃO DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS – 2023

A 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS

O QUE É A CONFERÊNCIA?

A 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis é a etapa municipal 17ª Conferência Nacional de Saúde, tendo como tema central "Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia".

O evento debaterá quatro eixos temáticos: I – O Brasil que temos. O Brasil que queremos; II – O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas; III – Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia; e IV – Amanhã vai ser outro dia para todas as pessoas.

A conferência é aberta à população em geral e um momento de construção coletiva de propostas e sugestões para melhoria do Sistema Único de Saúde. Acontecerá nos dias 30, 31 de março e 1º de abril de 2023, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

QUAL O OBJETIVO?

A Conferência Municipal de Saúde tem a finalidade de avaliar a situação de saúde da população no Município, a estrutura das Redes de Serviços e de Atenção à Saúde, os processos de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde e propor e formular diretrizes para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Saúde, para os próximos 4 anos. Os participantes têm ainda a possibilidade de refletir sobre o sistema de saúde e encaminhar propostas para as Etapas Macrorregional, Estadual e ou Nacional da 17ª CN

POR QUE ELA É IMPORTANTE?

É muito importante ampliar e fortalecer a luta do controle social na cobrança de mais recursos financeiros para saúde, na luta em defesa da vida e do Direito à Saúde e na resistência à onda de retrocessos.

Viva o SUS! Viva a Democracia!

Viva a Saúde Pública, Gratuita, Integral e de Qualidade para todos e todas!

5. BIBLIOGRAFIA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS. **Relatório Final da 10ª Conferência de Saúde de Florianópolis**. Conselho Municipal de Saúde. Secretaria Municipal de Saúde. Prefeitura Municipal de Saúde. Florianópolis, 2019.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS . **Revista Digital Relatório Final da 10ª Conferência de Saúde de Florianópolis**. Conselho Municipal de Saúde. Florianópolis, 2019. ACESSO LINK https://issuu.com/cmsaude/docs/relat_rio_final

Martins, B. et al. **Metodologia para qualificação das propostas e acompanhamento posterior das prioridades estabelecidas durante a conferência municipal de saúde**. Consultoria Administração Pública do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Esag, Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis, 2015.

6. GLOSSÁRIO

ACES - Agentes de Combate às Endemias

ACS - Agentes Comunitários de Saúde

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APS - Atenção Primária em Saúde

ASSFAR - Assistência Farmacêutica

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial para Alcool e drogas

CEOS - Centros de Especialidades Odontológicas

CFT - Comissão de Farmácia e Terapêutica

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMS - Conselho Municipal de Saúde

CNS - Conselho Nacional de Saúde

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem

CONITEC/MS - A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde/ Ministério da Saúde

CS - Centros de Saúde

DVS - Diretoria de Vigilância Sanitária

EC 95 - Emenda Constitucional nº 95 de 2016 responsável por congelar os investimentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança pública até 2036, com a justificativa de fazer o governo economizar.

EPIs - Equipamentos de Proteção Individual

eSB - Estratégia da Saúde Bucal

eSF - Estratégia da Saúde da Família

FIO-TEC - Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde

HIV - Human Immunodeficiency Virus (Vírus da imunodeficiência humana)

HU - Hospital Universitário

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros

NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família

Off-label - Uso diferente do aprovado em bula ou ao uso de produto não registrado no órgão regulatório de vigilância sanitária no País

PMS - Plano Municipal de Saúde

RAPS - Rede de atenção psicossocial

REMUME - Relações Municipais de Medicamentos Essenciais

RENAME - Relação Nacional de Medicamentos Essenciais

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids

UPAs - Unidade de Pronto Atendimento

Compartilhamos as 6 propostas aprovadas nos âmbitos estadual e nacional que foram encaminhadas para 8ª Conferência Estadual de Saúde – Santa Catarina, 2019 e para a 16ª Conferência Nacional de Saúde – Brasília, 2019:

Proposta 1: Revogar a portaria 3.588 de 2017, que altera a Política da Saúde Mental, e promoção de amplo debate público sobre a política em saúde mental, fazendo cumprir a lei 10.216/2001. E defender a Luta Antimanicomial: contra a retomada dos manicômios, o tratamento desumanizado, a tortura e violência na comunidade terapêutica.

Proposta 2: Garantir e fortalecer os espaços e os mecanismos de participação popular para o controle social nas três esferas do SUS, com paridade de composição e pluralidade política, financiamento adequado e o cumprimento das deliberações das conferências e conselhos de saúde, não admitindo a extinção de conselhos já existentes a exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Promover estratégias de educação permanente para conselheiros, como forma de auxiliar na tomada de decisões, assim como de divulgação de sua atuação, para maior conscientização da sociedade acerca da importância do controle social na saúde.

Proposta 3: Revogar medidas que causam o desmonte do SUS, violam seus princípios e comprometem a saúde da população, a exemplo: da transferência da gestão de serviços públicos a Organizações sociais; da Reforma da Previdência e da Política Nacional de Saúde Mental; das restrições financeiras à manutenção e expansão do SUS (EC 95); do investimento do governo em planos privados; dos incentivos financeiros corporativos ou que não beneficiem a todas as categorias profissionais; do cerceamento de mecanismos de participação social no âmbito das políticas públicas.

Proposta 4: Fortalecer e ampliar as equipes multiprofissionais de saúde mental na atenção básica e garantir a qualificação da Rede de Atenção Psicossocial no estado de Santa Catarina, assegurando leitos em saúde mental em hospitais gerais, no Hospital Infantil e no Hospital Universitário, garantindo o atendimento do SAMU, priorizando o atendimento à criança e ao adolescente.

Proposta 5: Revogar as portarias que liberam o uso dos agrotóxicos na produção agrícola, que são proibidos em outros países e causam consequências nocivas para a saúde da população e o ambiente. (Número original da proposta: 24)

Proposta 6: Revogar a Emenda Constitucional 95 que congela os recursos do SUS por 20 anos. E apoiar à PEC 373, do Deputado Pedro Uczai, que anula os efeitos da EC 95 de congelamento dos investimentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança pública.

A realização da qualificação das propostas deu-se conforme a Consultoria Metodologia para Qualificação das Propostas, desenvolvido pelos alunos da disciplina Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos, Sistemas de Accountability e Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos, do curso de Administração Pública do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Monitoramento Propostas Aprovadas 10ª Conferência Municipal de Saúde



PORTAL CMS
cms.pmf.sc.gov.br

TELEFONES
(48) 3239-1549
(48) 3239-1580

WHATSAPP
(48) 3248-6602

EMAIL
cmsaude.floripa@gmail.com